

Revisão do Desempenho dos Parceiros de Apoio Programático a Moçambique, 2006

Carlos Nuno Castel-Branco¹

**Relatório Final
28-02-2007**

¹ Professor Assistente na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane e Director do Instituto para Estudos Sociais e Económicos (IESE). Nelsa Massingue e Tonecas Rafel providenciaram apoio valioso com o processamento de dados.

Tabela de Conteúdo

1. Introdução	2
2. Avaliação do Grupo	6
3. Avaliações Individuais	10
3.1. <i>Banco Africano de Desenvolvimento</i>	11
3.2. <i>Bélgica</i>	13
3.3. <i>Canadá</i>	14
3.4. <i>Dinamarca</i>	16
3.5. <i>DFID</i>	18
3.6. <i>União Europeia (UE)</i>	20
3.7. <i>Finlândia</i>	22
3.8. <i>França</i>	23
3.9. <i>Alemanha</i>	25
3.10. <i>Irlanda</i>	27
3.11. <i>Itália</i>	28
3.12. <i>Países Baixos</i>	30
3.13. <i>Noruega</i>	31
3.14. <i>Portugal</i>	33
3.15. <i>Espanha</i>	34
3.16. <i>Suécia</i>	36
3.17. <i>Suiça</i>	38
3.18. <i>Banco Mundial</i>	39
4. Comentários Gerais e Conclusões	41
4.1. <i>Portfólios e outras questões de GFP</i>	41
4.2. <i>Revisão do MdE</i>	42
4.3. <i>Cooperação Técnica</i>	42
4.4. <i>Casos Especiais a serem tratados</i>	42
4.5. <i>Liderança do Governo</i>	43
4.6. <i>Avaliações Futuras dos PAPs</i>	44

Anexos

Não incluídos na versão Portuguesa.

1. Introdução

Este é o terceiro relatório sobre a **avaliação independente do desempenho dos Parceiros de Apoio Programático** (PAP) em Moçambique.² Estas avaliações fazem parte do exercício de **prestações de contas mútuas** em Moçambique, através do qual é avaliado o desempenho do Governo de Moçambique (GdM) e do grupo de doadores que providenciam Apoio Directo ao Orçamento (GBS), os Parceiros de Apoio Programático (PAPs), em relação aos indicadores de desempenho que o GdM e os PAPs adoptam em conjunto. Os **indicadores de desempenho** para cada uma das partes, GdM e PAPs, formam a **Matriz do Quadro de Avaliação de Desempenho** (QAD). Assim, **este relatório avalia o desempenho dos PAPs em relação aos seus QADs para 2006**.³

O exercício de prestações de contas mútuas, através do qual são avaliadas todas as partes envolvidas no sistema de ajuda em relação aos seus QADs, é uma componente central do processo que visa melhorar a eficácia e eficiência da ajuda em apoio ao desenvolvimento socio-económico para a redução da pobreza. As Declarações de Roma e Paris sobre a Eficácia da Ajuda e o Memorando de Entendimento (MdE)⁴ entre o GdM e os PAPs estabelecem a visão, os princípios e as regras de compromisso entre os doadores e os governos beneficiários, com vista a melhorar a harmonização (entre procedimentos e mecanismos dos doadores) e o alinhamento (das actividades dos doadores em relação às políticas, prioridades e procedimentos do governo beneficiário).

O princípio importante de eficácia da ajuda é que o governo beneficiário providencia a liderança política e as ferramentas e mecanismos práticos em redor dos quais é harmonizado e alinhado o processo de ajuda e são tomadas as decisões sobre a alocação da ajuda. Um outro princípio importante de eficácia da ajuda é que ambas as partes, doadores e governos beneficiários, têm obrigações e responsabilidades e que a eficácia da ajuda em apoio ao desenvolvimento socio-económico para a redução da pobreza depende do desempenho de ambas as partes no cumprimento dessas obrigações e responsabilidades. Estas obrigações e responsabilidades encontram-se resumidas no QAD anual de cada uma das partes.

Como já acima mencionado, este relatório avalia o desempenho dos PAPs em relação às suas QADs. Nesta fase, devem ser esclarecidos dois pontos.

² A primeira destas avaliações foi levada a cabo em 2005 por uma equipa liderada por Tony Killiick, que avaliou o desempenho dos PAP em 2004 (T. Killiick, C. Castel-Branco e R. Gester. 2005. Perfect Partners? The Performance of Programme Aid Partners in Mozambique 2004 (Parceiros Perfeitos? O Desempenho dos Parceiros de Ajuda Programática em Moçambique 2004): A segunda, foi produzida por uma equipa liderada por Carlos Castel-Branco, na qualidade de gestor de uma consultoria sócio-económica na Ernst & Young (Ernst & Young. 2006. Revisão do Desempenho dos PAP em 2005 e metas da matriz do QADs dos PAP para 2006). Ambos estes relatórios podem ser baixados do sítio na web dos Parceiros de Ajuda Programática www.pap.org.mz.

³ O QAD dos PAP para 2006, com o seu sistema de classificação, pode ser baixado do sítio da web dos PAP, www.pap.org.mz.

⁴ As Declarações de Roma e Paris sobre a Eficácia da Ajuda e o MdE entre o GdM e os PAP podem ser baixadas do sítio na web, www.pap.org.mz.

Primeiro, este é um relatório independente que foi produzido por um consultor com base na melhor informação e conhecimentos que lhe estão disponíveis, nos termos de referência do estudo e na matriz dos QADs dos PAPs e o seu sistema de classificação.⁵ Este relatório não reflecte necessariamente as opiniões do GdM ou dos PAPs, embora tenha beneficiado de entrevistas com todos os PAPs e oficiais do GdM afectos aos Ministérios chave e de observações críticas feitas por ambas as partes sobre a versão esboço do relatório. Assim, é prerrogativa do GdM e dos PAPs decidir sobre a forma como usarão o relatório, quais as lições que devem ser aprendidas e que acções práticas devem ser tomadas para melhorar o desempenho dos PAPs e a eficácia global da ajuda em Moçambique.

Segundo, a metodologia adoptada para avaliar os PAPs tem as suas próprias limitações, de forma que os resultados apresentados no relatório devem ser tomados cuidadosamente e não lidos mecanicamente.

Como mencionado, o desempenho dos PAPs é avaliado em relação a uma matriz de cometimentos e um sistema de classificação (pontos). Qualquer sistema deste tipo não é neutro em relação a uma ou outra visão do que são os insumos mais importantes para a eficácia da ajuda e como estes se articulam em conjunto para alcançar os resultados desejados. A presente matriz dá significativamente mais peso à composição da carteira da ajuda (modalidades e alocação da ajuda) e à previsibilidade dos desembolsos devido ao enfoque sobre a ajuda como recurso de finanças públicas. Dado que quase 90% da ajuda dos PAPs financia projectos públicos - um terço dos quais é na realidade desembolsado através de Apoio Geral ao Orçamento do Estado (GBS) - uma matriz que enfatize a estrutura da carteira da ajuda e a previsibilidade dos desembolsos parece ser o resultado natural desta dinâmica de ajuda. Não obstante, mesmo que seja "a coisa certa a fazer", a matriz não deixa de ser enviesada. Isto significa que, para cada PAP, existem elementos que não são avaliados e que a matriz não capta necessariamente toda a dinâmica do processo de ajuda. Enquanto a carteira de ajuda de um PAP tiver a estrutura adequada (em relação às metas do QAD) do que diz respeito ao níveis de GBS e ajuda programática, e enquanto os desembolsos forem previsíveis, esse PAP, continuará a ser incluído no grupo dos que têm melhor desempenho. É muito provável que os PAPs que, em geral, têm bom desempenho mas cujas carteiras e previsibilidade não atingem as metas da corrente matriz se encontrem no grupo dos que têm pior desempenho. Assim, os leitores devem estar cientes de que a posição relativa dos PAPs está, em geral, dependente da estrutura da matriz do QADs dos PAPs. Este exercício não pretende nem reivindicar levar a cabo uma avaliação detalhada do desempenho global de cada um dos PAPs. A avaliação apresentada neste relatório refere-se ao desempenho em relação a uma matriz com uma dada estrutura, pesos e tendências.

Alguns dos indicadores das matrizes não estão tão claros como deviam estar, não tratam necessariamente do problema que se pretendia ou dependem fortemente de pressuposições acerca do que a outra parte irá fazer. Alguns exemplos ajudarão a esclarecer este ponto:

- O indicador 3 (acordo multi-anual de não menos do que três anos) tem como propósito melhorar a previsibilidade a médio prazo dos recursos financeiros disponíveis. Existem PAPs que alcançam a meta mas os seus acordos têm informação financeira que não está completa e não é firme de tal modo que, em vez de previsibilidade a médio prazo, produzem incerteza a médio prazo. Por outro lado, existem PAPs com acordos de menos do que três anos mas com três

⁵ Ver anexo 9 para os termos de referência para o presente estudo.

ou mais anos de compromissos sólidos previsíveis para com o GBS, a não ser que um caso sério de violação de princípios fundamentais ocorra; portanto, não satisfazem a meta, mas podem ser muito mais previsíveis do que os PAPs que não providenciam qualquer informação financeira válida.

- Os indicadores 6 (aderência à condicionalidade comum) e 8 (harmonização com o MdE) deixam “muito espaço” para interpretação. Um grupo de PAPs está a trabalhar para esclarecer questões chave relacionadas como o indicador 6 e para avaliar cada um dos acordos bilaterais em relação ao MdE. Os resultados destes grupos ajudarão a tornar estes indicadores mais objectivos e podem mesmo tornar-se parte dos insumos de base para formulação do novo MdE.
- Os indicadores de 9 a 11 (relacionados com o uso dos sistemas de gestão financeira do GdM) são difíceis de avaliar correctamente devido a duas questões: clareza e precisão das definições, por um lado; e a capacidade e/ou disponibilidade do GdM para incorporar a ajuda nos seus próprios sistemas. Por exemplo, todos os PAPs e vários ministérios sectoriais queixam-se do facto de que o orçamento reporta incorrectamente sobre os fluxos da ajuda para o OGE – nalguns casos, os projectos simplesmente não estão incluídos; noutros casos, as quantias incluídas no orçamento estão completamente incorrectas. Num outro exemplo, existem várias definições do que significa “fluxos de ajuda para o GdM na CUT”. Por último, na ausência de um sistema de procurement eficaz do GdM, não é provável que o procurement público siga sistematicamente as regras do governo. Assim, os PAPs podem ser injustamente avaliados sobre a sua utilização dos sistemas de gestão de finanças públicas (GFP) – uns beneficiarão dos problemas mencionados e outros serão penalizados.
- O indicador 14 (trabalho analítico, com o objectivo de maximizar as sinergias e minimizar os custos de transacção para o GdM) produz alguns resultados inicialmente imprevistos. Um número significativo de doadores não leva a cabo nenhum trabalho analítico; alguns têm uma enorme agenda de trabalho analítico. Muito poucos dos estudos são feitos em conjunto (envolvendo mais do que um PAP). É quase impossível definir estudos que, num sentido alargado, não estão alinhados com as prioridades do GdM visto que essas prioridades, como definidas pelo PARPA, têm uma larga abrangência. Os PAPs que não têm estudos obtêm os pontos; os PAPs com um grande número de estudos, dos quais não existem estudos suficientes (50%) levados a cabo em conjunto, não obtêm pontos. A respeito deste indicador, os PAPs podem estar numa situação em que o “parasitismo” é premiado – os PAPs que não levam a cabo trabalhos analíticos dependem, para a sua tomada de decisões, dos PAPs que o fazem; mas, o primeiro grupo obtém pontos por usar a informação e os PAPs do segundo grupo, que produz os conhecimentos e informação, são penalizados. É certo que o indicador visava providenciar incentivos para a harmonização e alinhamento do trabalho analítico que é um objectivo válido. Contudo, é provável que este objectivo seja melhor alcançado através de abordagens mais directas – por exemplo, o desenvolvimento de um plano conjunto (GdM e PAPs) de trabalho analítico de médio prazo a ser levado a cabo de forma a melhorar as diferentes áreas de governação económica e financeira, as políticas e a planificação sectoriais e a produzir e fornecer informação e conhecimentos para o desenvolvimento de estratégias.

- Existem doadores cujas carteiras de ajuda são dominados por projectos em vez de modalidades e actividades mais programáticas. Nalguns destes casos, os doadores estão em projectos a pedido dos GdM – por exemplo, o projecto da Caixa Escolar na educação – ou porque estão envolvidos em investimentos públicos de infra-estruturas de grande escala que são operados como projectos (nalguns casos, não são mesmo reportados no orçamento) por escolha de GdM. Mas, a matriz não tem qualquer mecanismo para diferenciar entre ajuda a projectos, que não é programática por natureza (por vontade dos doadores), e ajuda a projectos que seja liderada pelo governo. Assim, todos os PAPs com carteiras de ajuda dominadas por projectos são penalizados da mesma forma, o que não é justo.
- Alguns PAPs (como por exemplo, a Alemanha e a Noruega) financiam sectores que ainda não têm o que é classicamente chamado um programa sectorial (SWAP). Assim, é impossível que estes doadores nesses sectores providenciem ajuda programática. Os doadores têm a alternativa de se afastarem da ajuda sectorial em sectores sem SWAP e de, em vez disso, providenciarem Apoio ao Orçamento Geral do Estado; ou de se concentrarem em sectores organizados. Dada a presente estrutura da matriz, os PAPs que operam em sectores menos organizados são penalizados. Se estes forem penalizados sistematicamente, os doadores podem ser desencorajados de entrarem em sectores que estejam menos organizados e que normalmente têm menos apoio. SWAPs e outras formas de programação e planificação e orçamentação sectorial são importantes não só devido à ajuda; são ferramentas importantes para ajudar o sector a desenvolver, custear e implementar políticas, priorizar e articular o desenvolvimento técnico e de capacitação institucional. Assim, o enquadramento para ajuda programática é tanto da responsabilidade do GdM como dos doadores. Esta questão também deve ser examinada pelos PAPs e pelo GdM.

Existem situações em que os indicadores e as metas podem ser ajustados. Como mencionado mais abaixo na secção 3 do presente relatório, alguns indicadores e metas foram ajustados. Mas não é possível modificar todos os indicadores no meio do processo de avaliação, em particular, os indicadores que requerem muito mais trabalho substantivo porque, se isto for feito, a credibilidade do estudo será completamente minada. O objectivo de realçar as fraquezas de alguns indicadores na matriz é de enfatizar, de novo, o ponto marcado acima de que as conclusões deste estudo devem ser tomadas cuidadosamente e não lidas mecanicamente.

A avaliação de desempenho em 2006 é uma visão instantânea de como cada PAP se comportou em 2006 no que diz respeito ao conjunto de indicadores e metas do QAD. Dada a natureza do exercício e o tempo disponível para levar cabo a avaliação, o estudo não capta totalmente a dinâmica dos processos, fluxos e alocação da ajuda mas também não o pretende fazer. Por exemplo, existem doadores que tiveram um bom desempenho em 2006 mas que, no entanto, enfrentam dinâmicas e escolhas institucionais e de políticas difíceis que podem afectar negativamente o seu desempenho no futuro próximo. Existem doadores que não tiveram tão bom desempenho em 2006, mas que se encontram numa tendência de melhoramento gradual e estão a passar por processos de mudança que melhorarão significativamente o seu desempenho em relação aos indicadores da matriz num futuro próximo.

Contudo, apesar das suas deficiências, a metodologia adoptada reflecte os compromissos que os PAPs fizeram a respeito do seu desempenho em 2006. Os indicadores não podem ser modificados para a avaliação e não se espera menos do que aquilo a que os PAPs se comprometeram. É obvio que o que cada PAP fez e continua a fazer individualmente para melhorar o desempenho e a eficácia da ajuda é muito importante e será reflectido em avaliações futuras. Este relatório avalia o que foi feito em 2006 a respeito da matriz dos QADs.

Assim, embora o leitor esteja avisado de que a avaliação baseada na matriz dos QADs dos PAPs nem sempre reflecte toda a verdade e que os resultados devem ser tratados cuidadosamente, o facto é que os PAPs são avaliados neste relatório em relação aos seus próprios compromissos e decisões tomadas para implementar esses compromissos em 2006.

Por último, deve ser adicionada uma nota de cautela. Embora a avaliação e o relatório tenham sido produzidos por um consultor independente e, portanto, este seja um relatório independente, o enquadramento para a avaliação foi providenciado pelos PAPs – as definições, a indicação dos projectos que recaem dentro das diferentes categorias, a matriz com seus indicadores e metas, o sistema de pontuação e os termos de referência foram todos providenciados pelos PAPs.

O relatório está organizado em três secções adicionais. A secção dois dá uma visão global do desempenho do grupo dos PAPs como um todo, enquanto que a secção três discute a avaliação de cada PAP individual. A secção final levanta algumas das questões mais gerais que estão de alguma forma relacionadas com o exercício.

O consultor gostaria de agradecer a Nelsa Massingue e Tonecas Rafael pelo seu apoio muito importante com a organização e processamento dos dados; à Troika e ao Secretariado dos PAPs, em particular a Benilde Garrine, pelo apoio ilimitado providenciado ao exercício como um todo; aos quadros seniores do GdM pelo seu contributo para o estudo, e a todos os PAPs pelo interesse e respostas prontas a qualquer solicitação pelo consultor e por darem sugestões que ajudam a melhorar a qualidade da avaliação e do relatório final.

2. Avaliação do Grupo

A Tabela 2.1 mostra o desempenho do grupo, como um todo, em relação à matriz dos QADs dos PAPs de 2006.

Tabela 2.1: Avaliação do Grupo dos PAPs – Matriz dos QADs para 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Comentários
Composição da Carteira	GBS	1	% de GBS no fluxo da ajuda total dos PAPs desembolsada ao GdM.	40%	34%	Necessária uma estratégia para melhorar a carteira do grupo. Necessário que os doadores individuais estabeleçam metas individuais progressivas.

	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total dos PAPs desembolsada ao GdM	70%	55%	Necessária uma estratégia para melhorar a carteira do grupo. Necessário que os doadores individuais estabeleçam metas individuais progressivas.
Previsibilidade	Compromissos GBS	3	% de PAP's com acordos multianuais de 3 anos ou mais.	100%	5 agências (28% do total) têm programas de menos do que 3 anos ⁶	Os 5 PAPs estão a elaborar, ou elaboraram novos programas de 3 anos ou mais
		4	Compromissos de GBS para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n	100%	1 agência não tem ⁷	Necessidade de estabelecer regras que minimizem o impacto das mudanças políticas
	Desembolsos	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do GBS no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	100%	(a) 2 agências não desembolsaram o que se comprometeram a fazer no exercício financeiro ⁸ ; (b) 5 agências não desembolsaram de acordo com o cronograma ⁹ .	Necessidade de esclarecer: "princípios subjacentes", mecanismo de respostas e papel da revisão de pares no controlo do comportamento dos PAPs.
Alinhamento e Harmonização	Consolidação e Harmonização do condicionalismo	6	Aderência dos PAP's ao condicionalismo comum do GBS	95%	Todos dizem "Sim", mas pelo menos um diz não. ¹⁰	Necessidade de esclarecer rigorosamente o que é e o que não é condicionalidade comum
		7	% dos PAPs sem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	7(a) 13 7(b) 2	(a) 12 agências não têm quaisquer excepções ¹¹ ao Anexo 10; (b) 2 agências estão a rever as excepções com vista a eliminá-las; ¹² (c) 4 agências têm excepções sem qualquer roteiro claro para as eliminar ¹³ .	Regras para aderência ao grupo de PAPs? Os PAPs novos não podem trazer novas excepções. Necessidade de actualizar o Anexo 10 e avaliar razão por que as excepções persistem. Algumas excepções podem necessitar de se tornarem em regras gerais em vez de continuarem como excepções.

⁶ Finlândia, França, Alemanha, Suécia e BAD.

⁷ Canadá.

⁸ Duas agências não desembolsaram no exercício financeiro para o qual o desembolso estava programado. Estas são a Dinamarca (que argumenta o caso de violação dos princípios subjacentes pelo GdM) e a Itália (desembolsou no ano anterior por razões de gestão do fluxo de caixa pelo Tesouro Italiano).

⁹ Cinco agências não desembolsaram de acordo com o acordo de desembolso trimestral. Estas são a Espanha (atrasos burocráticos), Bélgica (atrasos na assinatura do novo programa de cooperação indicativa), Suécia (falta de resposta pelo GdM sobre um indicador impulsor acordado), Dinamarca e Itália (ver causas para ambas na nota de rodapé anterior).

¹⁰ O caso da Dinamarca necessita de clarificação.

¹¹ Bélgica, Espanha, Dinamarca, Itália, Canadá, Portugal, Noruega, Países Baixos, Irlanda, Finlândia, União Europeia e DFID.

¹² Suíça e o Banco Mundial.

¹³ França, Alemanha, BAD e Suécia.

		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE	100%	Aguardar o relatório	Processo contínuo de análise. O que fazer?
	Utilização do sistema do governo e de apresentação de relatórios	9	% de fluxos de ajuda dos PAPs para o governo mencionados no orçamento	80%	67%	Necessário muito mais trabalho de ambas as partes: PAPs e GdM. Necessidade de melhoramento muito significativo a nível sectorial.
		10	% de fluxos de ajuda dos PAPs ao governo mencionados no relatório de execução do orçamento.	45%	44%	Necessário muito mais trabalho de ambas as partes: PAPs e GdM. Necessidade de melhoramento muito significativo a nível sectorial.
		11	% de fluxos de ajuda dos PAPs para o governo incluídos no sistema de pagamento do Tesouro	45%	52%	
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos (excluindo projectos que possuem o seu próprio sistema de apresentação de relatórios e auditorias)	Rever requisitos para relatórios da Saúde, Educação e Agricultura	Agricultura tem novo MdE. Saúde e Educação a finalizarem os seus MdEs. Todos os sectores mais alinhados com o MdE dos PAPs do que no passado.	
		13	Embora reduzindo significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores E envolvendo reuniões com oficiais do governo, aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas	No. de missões GBS fora da JR & MYR < 7 No. De missões não-GBS < 160 Partilha de missões: 20%	GBS (excluindo as Revisão Conjunta e Revisão de Meio-Termo) = 10 Não-GBS = 203 % de Revisões Conjuntas = 10%	Dados sobre missões são extremamente duvidosos e significado de "missão" ainda não está muito claro. Pode ser necessário estabelecer tectos para grupos e doadores individuais.
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Em conformidade com as prioridades do GdM: 80% Conjunto: 50%	65% dos estudos relacionados com questões de políticas; 35% são avaliações de agências individuais; e 54% do total são conjuntos	Meta não está clara mas demasiado aberta a interpretação. Importante, mas na sua forma presente, faz pouco sentido.
		15	Os doadores acordam e implementam o "período calmo" com o GdM.	Alcançar acordo e implementá-lo	Não foi estabelecido qualquer acordo formal	Significado de "período calmo" pouco claro
Extensão da previsibilidade e alinhamento		Ajuda Sectorial e Provincial	16	Partilha da ajuda sectorial e provincial com um MdE seguindo as mesmas regras de previsibilidade e concordância conforme definido acima.	MdU para Saúde, Educação e Agricultura	Agricultura tem novo MdE. Saúde e Educação a finalizarem os seus MdEs. Todos os sectores mais alinhados com o MdE dos PAPs do que no passado.
Capacitação Institucional	Cooperação Técnica	17	Acordo sobre as directrizes para o apoio ao desenvolvimento da capacidade nacional em concordância com as prioridades e estratégias do governo, e subseqüentemente aderir aos mesmos.	Alcançar acordo	Nenhum acordo sobre orientações	Uma secção do relatório detalha esta questão
	Fluxo de informação transparente	18	Os PAPs e o GdM acordam sobre um sistema e formato de informação sobre programas e fluxos de ajuda ao GdM, que sejam viáveis, precisos, atempados e úteis para o trabalho estatístico, analítico e de políticas, e subseqüentemente aderir aos mesmos	Base de dados AEDMOZ ajustada e início da transição para gestão pelo governo	ODAMOZ está agora baseada no DIC	

Os resultados mostram que os PAPs têm feito algum progresso nalgumas áreas mas só foram satisfeitas totalmente três metas (6, 7 e 11). O anexo 6 (Tabela de resumo dos resultados do grupo e individuais por indicador e total) mostra que:

- Em média, cada meta foi satisfeita por 13 de 18 doadores;
- Mais importante ainda, o anexo 6 mostra uma forte variação no desempenho entre os indicadores. Assim, em média, e de 18 doadores:
 - 7 satisfizeram as metas da composição da carteira (só 6 satisfizeram a meta do GBS;
 - 14 satisfizeram as metas para previsibilidade. É importante mencionar que 17 doadores se comprometeram com fundos para o GBS para 2006 dentro de 4 semanas da Revisão Conjunta (RC) de 2006; mas só 13 tinham acordos de multi-anuais de 3 anos ou mais; só 15 desembolsaram no exercício financeiro os fundos comprometidos para 2006 nesse ano; e 13 desembolsaram de acordo com o cronograma.
 - Quanto à harmonização, os maiores problemas estão em questões de gestão de finanças públicas (GFP) (anexo 5,) o que reflecte as dificuldades da composição da carteira – só 9 doadores satisfizeram a meta 9 (ajuda ao GdM em relação ao orçamento) 10 satisfizeram a meta 10 (ajuda ao GdM em relação à CUT) e 13 satisfizeram a meta 11 (uso do sistema de procurement do GdM). Estes números devem contudo ser lidos cuidadosamente porque existem muitos problemas com dados e definições práticas sobre que fundos passam por que canais.
 - As missões (metas satisfeitas por 12 doadores) e as excepções no anexo 10 (satisfeitas por 13) são outras áreas de preocupação em harmonização. É importante mencionar que o Banco Mundial adoptou o procedimento de compromisso do MdE (comprometer dentro de 4 semanas da RC do ano 'n' os fundos a desembolsar no ano 'n+1' de acordo com o cronograma acordado).
 - De preocupação particular é que os novos PAPs possam trazer consigo novas e mais excepções para o MdE. O BAD, por exemplo, explicou que o seu acordo bilateral estava totalmente harmonizado com o MdE porque usou o anexo 10 para manter os seus procedimentos corporativos em áreas de conflito com MdE. Uma outra questão é que existem PAPs a eliminarem excepções que outros PAPs continuam a manter; e existem também PAPs a pensarem acerca de introduzir novas excepções. Apesar do progresso massivo durante os últimos 3-4 anos, a harmonização entre os doadores continua muito frágil, particularmente, em períodos de tensão. Será que todos os PAPs querem genuinamente

harmonizar enquanto nenhum quer renunciar aos seus poderes bilaterais totais? Isto é, certamente, um problema típico de “acção colectiva” que necessita de ser tratado continua e seriamente.

- Se tentarmos classificar as metas principais da matriz por ordem decrescente das com mais fraco desempenho para as com mais forte concluímos que as áreas mais fracas são as que estão directamente relacionadas com as questões de GFP: composição da carteira, alguns aspectos de previsibilidade e o uso de sistemas de GFP do GdM (em relação ao orçamento, à CUT e ao procurement). Isto é um ponto importante a ter em consideração porque a ajuda devia, em primeiro lugar e acima de tudo, apoiar o desenvolvimento de sistemas de finanças públicas.
- A área mais fraca da matriz que se segue é constituída pelas questões típicas de “acção colectiva” – condicionalidade comum, trabalho analítico e missões.
- Se fossem dados pontos ao desempenho global do grupo, o grupo PAP receberia 69% (ou 25 pontos de um máximo de 36). Isto é um desempenho sólido embora esteja longe dos níveis desejáveis, em particular nas áreas de GFP.

Em relação a 2005, o desempenho dos doadores não é muito diferente. A estrutura dos portfólios é semelhante (anexos 1, 2 e 3), mas o desempenho dos desembolsos (no exercício financeiro e atempadamente) é mais fraco em 2006 (embora uma grande parte desta fraqueza possa ser aparente, visto que os dados em 2006 são melhores do que foram em 2005.)

Os dados sobre o uso de sistemas de GFP do GdM são significativamente melhores em 2006, principalmente devido a duas razões: o esforço do GdM e dos PAPs para esclarecerem as definições empiricamente em linha com o questionário de DAC (uma das recomendações do relatório de 2005); E o efeito de “aprender fazendo” – os doadores tornaram-se mais proficientes no tratamento da informação e de todo o processo de avaliação.

3. Avaliação Individual

Para iniciar, é necessário que sejam colocados sete pontos acerca da avaliação individual. Primeiro, a formulação de algumas das metas foi mudada em relação à matriz original de forma a reflectir o que a meta individual devia ser (em vez da meta do grupo). Por exemplo, a meta para o indicador 3 é de “100%” na matriz original – para o grupo – e foi mudada para “Sim” para as agências individuais. Assim, uma agência satisfaria ou não satisfaria a meta.

Segundo, a avaliação individual deste ano envolverá classificar (dando pontos) o desempenho de cada agência. Assim, as tabelas individuais têm uma coluna para pontos e alguns comentários são feitos sobre o desempenho de cada PAP.

Terceiro, o sistema de pontos está baseado na matriz dos QADs dos PAPs para as agências individuais adoptada para 2006 (o que inclui um sistema de classificação). Esta matriz pode ser baixada do sítio na web www.pap.org.moz.

Quarto, o indicador 16 (cooperação técnica) não foi contado na avaliação individual porque a meta é inteiramente não individual. Portanto, o número de pontos máximos para a avaliação individual foi reduzido de 40 para 38.

Quinto, a meta individual para “missões” foi mudada da meta agregada (grupo). A meta do grupo é “não mais do que 160 missões” “20% conjuntas”. Portanto, decidimos por um tecto de 8 missões para cada doador bilateral individual e 14 para cada doador multilateral individual. Se os doadores estiverem abaixo dos seus respectivos limites e não existirem quaisquer missões individuais para tratar de questões já tratadas por mecanismos conjuntos (tais como a Revisão Conjunta e a Revisão de Meio Termo), então, não importa se as missões forem levadas a cabo em conjunto.

Sexto, a meta individual para “trabalho analítico” é mais complexa. Deve um país obter pontos por não fazer quaisquer estudos? Qual é a base das suas decisões – estudos feitos por outros? Pela forma como o indicador está concebido, alguns PAPs obtêm pontos por não levarem a cabo estudos e, portanto, por tomarem decisões com base em estudos feitos por outros que sofrem redução de pontos por levarem a cabo demasiados estudos. Se este indicador continuar no futuro, deve pelo menos ser reformulado. Aplicámos a lógica da meta, que de alguma forma penaliza quem tenha feito mais do que 3 estudos e nenhum estudo em conjunto.

Sétimo, existe um grupo que avalia o acordo bilateral de cada agência para verificar a harmonização estrita com o MdE. Em adição, o indicador menciona “**novos** acordos bilaterais” e a maioria das agências não teve novos acordos em efeito em 2006. Assim, por estas razões, decidimos não contar este indicador e portanto os seus pontos foram deduzidos. O número máximo de pontos para avaliação individual foi reduzido de 38 para 36.

O número de pontos que cada agência recebe é convertido numa percentagem dividindo os pontos por 36. Cada agência pode então ver onde o seu desempenho se situa numa escala relativa (percentagem); por vezes, isto proporciona mais informação do que um número abstracto.

3.1. Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

A Tabela 3.1 ilustra o desempenho do BAD em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O BAD juntou-se aos PAPs em 2006. Isto é reflectido em algumas fraquezas estruturais relacionadas com previsibilidade. O desempenho do BAD recebeu 22 pontos de 36 possíveis, isto é 61%.

A área mais fraca do BAD é constituída pela composição da carteira de ajuda porque toda a sua ajuda programática é para o GBS e toda a sua ajuda que não seja GBS está em projectos; portanto, o BAD não pôde satisfazer as metas 2 (percentagem de ajuda programática na ajuda ao GdM) e 9 (ajuda registada no orçamento). Além disto, o desempenho do BAD também foi fraco em áreas relacionadas com procedimentos – previsibilidade (indicador 3, extensão do acordo bilateral) excepções e missão.

Quase metade da carteira do BAD está em grandes projectos de infra-estruturas públicas. Embora isto seja vital para o país, o BAD foi “penalizado” por estar nestes projectos. O mesmo acontece, a diferentes níveis, a outros doadores, tais como o Banco Mundial, Noruega e a União Europeia. Seria importante rever a classificação destes projectos antes da próxima avaliação de doadores porque estes são importantes e, nalguns casos, é mais eficiente e eficaz operá-los como projectos e o GdM é quem fez a escolha de os operar como projectos.

Quando o BAD se juntou ao grupo PAP incluiu no anexo 10 (excepções) do MdE os seus procedimentos que estavam em conflito com MdE. Parece que foi o MdE que foi harmonizado com os procedimentos do BAD e não o contrário. Embora esteja claro que as organizações tenham os seus procedimentos estabelecidos a uma escala global, o que torna difícil ajustá-los a casos específicos a curto prazo, deve haver muito cuidado para se evitar que a expansão do grupo PAP seja feita à custa do alinhamento e harmonização (ao preço da multiplicação de excepções aos procedimentos comuns).

Tabela 3.1: Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	56%	5
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	56%	0
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	não (menos que 3 anos)	0
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim, para ambos	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	com excepções, mas sem plano de mudança	0
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	56%	0
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	56%	1
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	56%	1
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20 %	não-ADO=30 % Conjuntas= 13	0

		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	2 estudos, nenhum conjunto o relacionado com políticas do governo	1
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						22

3.2. Bélgica

A Tabela 3.2. ilustra o desempenho da Bélgica em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho da Bélgica recebeu 28 de 36 pontos possíveis, isto é 78%.

Tabela 3.2: Bélgica 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	61%	5
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	61%	0
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	no ano fiscal, mas não de acordo com o programado	3
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem excepções	2
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	97%	2
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	97%	1

		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	61%	1
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sim	sem exigências	1
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20 %	2 missões e não conjuntas	1
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	nenhum estudo	1
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						28

A Bélgica teve um desempenho geral muito forte. Os pontos mais fracos estão relacionados com a estrutura da carteira da ajuda visto que toda a ajuda que não seja para o GBS vai para os projectos; e o facto de que a Bélgica não pôde desembolsar a tempo devido a atrasos na assinatura do novo acordo bilateral. Em todos os outros aspectos, o desempenho da Bélgica foi muito bom.

3.3. Canadá

A Tabela 3.3. ilustra o desempenho do Canadá em relação à matriz dos QADs dos PAPS. O desempenho do Canadá recebeu 19 de 36 pontos possíveis, isto é 53%.

Tabela 3.3: Canadá 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	6%	0
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	61%	0
Previsibilidade (35% dos	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4

pontos totais)		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	não	0
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim para ambos	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem exceções no anexo 10, ou exceções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem exceções	2
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	63%	0
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	54%	1
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	89%	1
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO <160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não-ADO =10 % de conjuntas =10	0
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	2 estudos, 100% conjuntos	1
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	Sim	1

O fraco desempenho do Canadá é quase que completamente devido à estrutura da carteira de ajuda – a sua composição e o seu impacto sobre como os recursos são canalizados através do sistema de GFP. Este país é um PAP relativamente recente, que aderiu em 2005 e o ano de 2006 foi o seu segundo de dois anos piloto com o GBS. Uma vez que a carteira de ajuda seja significativamente mudada para mais GBS e ajuda programática, o Canadá tem o potencial para se tornar num PAP com muito bom desempenho.

A estrutura da carteira do Canadá também é afectada pelo seu compromisso para com um grande projecto público dentro do programa da educação – nomeadamente, a Caixa Escolar. Este projecto é uma componente do FASE mas é da escolha do GdM operá-la como um projecto. É necessário que o GdM e os PAPs tratem deste problema de forma que o doador já não seja penalizado por algo que não é necessariamente sua culpa.

Em 2006, o Canadá não pôde comprometer fundos de acordo com as regras do MdE devido a processos políticos no país que causaram atrasos relacionados com um período de ajustamento a seguir às eleições gerais. Entretanto, foram tomadas medidas para permitir que o Canadá se comprometa totalmente no futuro de acordo com as regras do MdE.

Excluindo os aspectos mencionados, o Canadá é um PAP com bom desempenho geral.

3.4. Dinamarca

A Tabela 3.4. ilustra o desempenho da Dinamarca em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho da Dinamarca recebeu 20 de 36 pontos possíveis, isto é 56%.

O relativamente fraco desempenho da Dinamarca está totalmente relacionado com a sua decisão de não desembolsar três quartos do GBS comprometido em resposta às auditorias levadas a cabo em quatro projectos que a Dinamarca acredita revelaram má gestão, senão mesmo corrupção. A Dinamarca exigiu o reembolso dos fundos mal geridos. A decisão da Dinamarca sobre o GBS foi tomada com o argumento de violação dos princípios fundamentais e afectou o desempenho da sua carteira, previsibilidade e uso do sistema de GFP do GdM.

Se a Dinamarca agiu correctamente na tomada dessa acção, então o doador não devia ser penalizado por isso. Para estar correcta, a Dinamarca deve não é ter um motivo (neste caso, os resultados das auditorias) mas a decisão tem que ser justificada pelo processo do MdE. Para avaliar isto, existem algumas questões que devem ser examinadas. Primeiro, será que os “princípios fundamentais” definidos no contexto do GBS e do MdE do GBS são aplicáveis a projectos que não estão relacionados com o GBS nem com o MdE do GBS? Se a resposta for “sim”, porque é que as agências doadoras são tão inconsistentes na forma como operam em face de outros casos em que os doadores sentem que há má gestão senão corrupção? Se a resposta for “não”, então a Dinamarca não pode sustentar a decisão de reter o GBS na base de má gestão ou corrupção em projectos que nada têm a fazer com GBS. Segundo, se são identificados problemas em sectores e projectos porque é que a penalização deve recair sobre o GBS e não sobre o sector ou projecto? Ao não desembolsar para o GBS, a Dinamarca afecta todos os sectores e não necessariamente o sector que está em falta. Qual é a ligação entre o GBS e um projecto mal gerido que esteja fora da influência do GBS e do sistema de GFP? Não deverá, a Dinamarca, penalizar o culpado directo (sector, projecto) em vez do

Orçamento Geral do Estado? Terceiro, o MdE estabelece procedimentos específicos nos termos dos quais podem ser tomadas decisões de reter fundos comprometidos para o GBS. Estes envolvem, entre outras questões: informar formalmente os PAPs (e a Troika) e o GdM; e conseguir que pelo menos um outro PAP endosse formalmente esta decisão. Ambos a Troika e o GdM informaram o consultor de que não foram formalmente informados de que essa decisão ia ser tomada, não discutiram a questão e nenhum outro PAP endossou a posição da Dinamarca. Se esta informação providenciada pela Troika e pelo GdM estiver correcta, então o processo de tomada de decisões estabelecido pelo MdE não foi seguido pela Dinamarca.

Portanto, existem duas perguntas que devem ser feitas acerca da decisão da Dinamarca sobre o GBS: (i) se a decisão foi correcta; e (ii) se o processo da decisão foi correcto.

Dada a informação disponível, a nossa conclusão é que a Dinamarca aplicou os princípios fundamentais do GBS inadequadamente de duas formas: aplicou estes princípios a projectos fora do enquadramento do GBS de modo a poder usar o argumento de violação dos princípios subjacentes; e aplicou a penalidade ao GBS em vez de ao culpado directo, os projectos em que a Dinamarca pensa que houve má gestão. Além disso, a Dinamarca não seguiu os procedimentos estabelecidos.

Assim, é nosso entendimento que a Dinamarca violou o indicador 6 da matriz dos QADs dos PAPs (aderência estrita à condicionalidade comum do GBS), e portanto, as acções tomadas reflectem-se negativamente sobre o desempenho da Dinamarca.

Os PAPs devem discutir este problema, aprender as lições necessárias e tomar medidas para evitar que casos assim aconteçam de novo. A Troika informou que um grupo de PAP está a preparar uma nota sobre o significado de princípios fundamentais e o que fazer no caso da sua violação grave e sistemática. A DANIDA também comentou acerca da possibilidade de adoptar respostas graduais dentro de um enquadramento mais claro. Assim, estas (e outras) ideias e actividades devem ser tomadas seriamente para garantir justiça e transparência. Casos como este, fornecem uma boa oportunidade para examinar ângulos diferentes das diferentes questões e tomar uma decisão que deve ser consistentemente aplicada por todos os doadores e em todos os sectores. O MdE actual expira em 2009 e o processo para o rever e ajustar deve ser iniciado brevemente; esta é uma outra grande oportunidade para tratar destas questões de consistência, harmonização, alinhamento e acção colectiva. Por último, para que o processo de revisão de pares pelos PAPs não perca completamente a sua credibilidade, deve ser tomada acção para garantir que as regras sejam por todos acordadas e seguidas; e deve ser tomada uma decisão, brevemente, acerca do que fazer no caso de alguns pares violarem as regras.

Se não fosse este problema, a Dinamarca teria sido um dos PAPs do grupo com desempenho mais forte, dado que tem uma equipa forte e experiente, experiência substancial de longo prazo com ajuda programática, contribuiu positivamente em muitos aspectos diferentes do processo de eficácia da ajuda e teve um bom desempenho em todas as outras áreas da matriz.

Tabela 3.4: Dinamarca 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	6%	0

pontos totais)	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	82%	5		
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4		
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4		
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	não	0		
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionais mos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	não	0		
		7	Não tem exceções no anexo 10, ou exceções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem exceções	2		
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-		
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	6%	0		
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	6%	0		
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	57%	1		
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1		
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não-ADO = 7 % de conjuntas = 60	1		
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	100%	1		
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	Sim	1		
		Total de Pontos						20

3.5. DFID

A Tabela 3.5. ilustra o desempenho do DFID em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho do DFID recebeu 36 pontos de 36 pontos possíveis, isto é 100%.

O desempenho do DFID foi, em geral, excelente e pouco resta a ser dito acerca disso.

Tabela 3.5: DFID 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	74%	5
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	92%	5
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem excepções	2
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o Mde.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	87%	2
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	85%	1
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	85%	1
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigencias	sem exigências	1

		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não-ADO 7; Conjunta 0%	1
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados os prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	2 estudos, conjunto 50%	1
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						36

3.6. União Europeia (UE)

A Tabela 3.6. ilustra o desempenho da UE em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho da UE recebeu 23 de 36 pontos possíveis, isto é 64%.

Na altura da redacção deste relatório esboço, a UE ainda não tinha confirmado os dados acerca do apoio ao orçamento (indicador 9). Dependendo destes dados, a nota final para a UE pode ser a mesma ou 25 (67%).

O desempenho da UE relativamente à estrutura da carteira de ajuda é fraco devido à dispersão e, acima de tudo, ao tamanho de grandes projectos públicos de investimento.. Este problema é semelhante ao do BAD, Banco Mundial e Noruega, e é mencionado em mais detalhe na primeira e última secções deste relatório.

Noutras áreas, com a excepção das missões, a UE teve, em geral, um bom desempenho.

Tabela 3.6: União Europeia 2006

Objectivos	Actividades	No .	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	36%	0

	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	55%	0
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	Sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	Sim	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	Sim	2
		7	Não tem exceções no anexo 10, ou exceções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem exceções	2
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	por confirmar	0/2(?)
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	47%	1
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	47%	1
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas:20%	não-ADO =18 % de conjuntas =5	0

		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	6 estudos, 100% conjuntos	1
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	Sim	1
Total de Pontos						23

3.7. Finlândia

A Tabela 3.7. ilustra o desempenho da Finlândia em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho da Finlândia recebeu 27 de 36 pontos possíveis, isto é 75%.

A Finlândia pode facilmente melhorar e tornar-se num dos doadores com melhor desempenho. A Finlândia teve um bom desempenho global. Para melhorar, primeiro é necessário que trate da questão de previsibilidade relacionada com o acordo multi-anual. Segundo, é óbvio que tem que aumentar a proporção do GBS que parece ser o que levará mais tempo para ser tratado. A Finlândia teve um desempenho muito sólido e melhorou significativamente, em relação a 2005, a sua capacidade de tratar de dados e das complexidades do exercício de avaliação.

Tabela 3.7: Finlândia 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	26%	0
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	84%	5
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	não	0
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim	6

Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2	
		7	Não tem exceções no anexo 10, ou exceções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem exceções	2	
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-	
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	84%	2	
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	84%	1	
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	84%	1	
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1	
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO <160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não-ADO 7; conjunta = 0%	1	
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	nenhum estudo	1	
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitam o período calmo acordado	sim	1	
		Total de Pontos					

3.8. França

A Tabela 3.8 ilustra o desempenho da França em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho da França recebeu 18 de 36 pontos possíveis, isto é 50%.

A composição e previsibilidade da carteira de ajuda em relação à extensão do acordo sobre o GBS são os maiores problemas da França. A este problema, a França adiciona as suas excepções ao anexo 10. O não desempenho da França em usar sistemas de GFP do GdM está relacionado com a estrutura da carteira.

Além do que pode ser dito directamente acerca do desempenho da França em relação aos indicadores da matriz, existe uma outra questão que tem que ser tratada. A França financia o GBS de Moçambique reciclando o serviço da dívida de Moçambique. O argumento é que a França cancelou a dívida ao ponto definido pelo HIPC II. Moçambique ainda tem que pagar uma fracção da sua dívida antiga à França. Esta parte é reciclada pela França Noé transformada no GBS Francês para Moçambique. Portanto, a França argumenta que está a dar a Moçambique, através da reciclagem da dívida, mais do que o HIPC II exigiu. Esta prática é usada pela França em três dos vários países em que opera, incluindo Moçambique.

Esta questão levanta várias outras questões. Primeiro, poderá a reciclagem da dívida ser considerada GBS – como é que pode ser se o pagamento do serviço da dívida vem do orçamento do GdM? Segundo, qual é a vantagem, para o GdM, em pagar à França o seu serviço de dívida e receber o dinheiro de volta, menos os custos da transacção financeira, em forma de GBS? Terceiro, do ponto de vista de GFP, não seria melhor simplesmente anular toda a dívida – o GdM não receberia GBS da França mas também não pagaria o serviço da dívida; isto reduziria os custos da transacção financeira ...e a França teria que fornecer dinheiro adicional como GBS ou retirar-se do grupo dos PAPs? Quarto, estará esta prática em linha com os princípios – carta e espírito – da Declaração de Paris e do processo de eficácia da ajuda em Moçambique? Quinto, o que é que os PAPs fizeram, como grupo de revisão de pares, desde que este ponto foi levantado pela última vez na avaliação do desempenho de 2005? Sexto, estarão os PAPs claros de que o GBS da França a Moçambique é financiado pela despesa corrente do GdM que, por sua vez, é parcialmente financiado por outros doadores de tal forma que todos os PAPs estão a contribuir em parte para financiar o GBS da França?

Técnica e rigorosamente, o GBS da França para Moçambique não é GBS mas reciclagem da dívida. De forma que, técnica e rigorosamente, a França ainda tem que se qualificar para ser membro do grupo dos PAPs.

Na sua entrevista com o consultor para o presente estudo, os oficiais do GdM expressaram as suas preocupações acerca desta prática pela França e também o seu desejo de que o grupo dos PAPs tome uma posição comum e clara sobre o assunto.

O financiamento do GBS pela França não afecta os resultados da tabela de qualquer forma muito significativa, visto que este problema só se reflecte no facto de que a França tem excepções no anexo 10 sem qualquer roteiro para as eliminar. .

Tabela 3.8: França 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	22%	0
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	38%	0
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	não	0
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	com excepções sem calendário de mudança	0
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	84%	2
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	25%	0
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	38%	0
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1

		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não-ADO 7; conjunta = 14%	1
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	nenhum estudo	1
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitando o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						18

3.9. Alemanha

A Tabela 3.9 ilustra o desempenho da Alemanha em relação à matriz do QADs dos PAPs. O desempenho da Alemanha recebeu 16 de 36 pontos possíveis, isto é 44%.

A baixa pontuação da Alemanha está relacionada com a composição da sua carteira de ajuda que por sua vez afecta o uso do sistema de GFP do GdM (a Alemanha perde 13 pontos em indicadores relacionados com esta questão). Além disso, a extensão do acordo multi-anual (4 pontos); decisão de manter as excepções depois de ter tentado eliminá-las (2 pontos) e as missões (1 ponto) são as outras áreas a que a Alemanha deve prestar atenção.

Desde 2004 que a Alemanha tem feito um progresso significativo em muitas áreas – a previsibilidade, com a excepção da extensão do acordo de multi-anual, melhorou pois a extensão do acordo é menor do que 3 anos mas os fundos são decididos para 3 anos; o número de missões foi reduzido para quase metade; e o tamanho absoluto do GBS aumentou quase 3 vezes enquanto que o seu tamanho relativo aumentou em 50%. A Alemanha está muito activa em vários grupos de trabalho (temáticos ou sectoriais, permanentes ou ad hoc).

Assim, não se pode negar que a Alemanha tenha feito esforços e progressos consideráveis. Contudo, a respeito da matriz sob avaliação, que é a única que pode ser usada para este estudo, o desempenho da Alemanha esteve abaixo do seu potencial.

Tabela 3.9: Alemanha 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	19%	0
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	46%	0
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	não	0
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	com 2 excepções sem calendário de mudança	0
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	44%	0
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	19%	0
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	45%	1
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO <160 Partilha de missões conjuntas: 20 %	não-ADO 17; conjunta = 20%	0

		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	nenhum estudo	1
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						16

3.10. Irlanda

A Tabela 3.10. ilustra o desempenho da Irlanda em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho da Irlanda recebeu 31 de 36 pontos possíveis, isto é 86%.

Em geral, a Irlanda teve um bom desempenho em todas as áreas. Este desempenho melhoraria se a proporção do GBS pudesse ser elevada para o nível da meta estabelecida.

Tabela 3.10: Irlanda 2006

Objectivos	Actividades	No .	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	18%	0
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	99%	5
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem excepções	2
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	99%	2

<i>relatórios do governo</i>	10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	82%	1
	11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	93%	1
	12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1
	13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não-ADO 8; conjunta = 50%	1
	14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	8 estudos, 60% conjunto	1
	15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos					31

3.11. Itália

A Tabela 3.11. ilustra o desempenho da Itália em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho da Itália recebeu 17 de 36 pontos possíveis, isto é 56%.

A Itália necessita de aumentar a proporção de GBS e de ajuda programática na sua carteira global e de melhorar a previsibilidade de desembolso. O GBS comprometido pela Itália para 2006 foi desembolsado em Agosto de 2005 devido a problemas de gestão do fluxo de caixa do Tesouro da Itália – o desembolso de 2005 também foi antecipado para 2004 pelas mesmas razões. Embora a quantia comprometida para o GBS fosse totalmente desembolsada (mais cedo e não em atraso), existe uma questão de princípio em que os desembolsos para um país beneficiário não devem ser afectados pelas questões burocráticas internas ou de gestão de fluxo de caixa que afectam o Tesouro do país doador. Portanto, a Itália é penalizada parcialmente no indicador 5 recebendo só metade dos pontos.

Se a Itália tratar destes problemas, tornar-se-á num dos PAPs que em geral têm bom desempenho.

Tabela 3.11: Itália 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	13%	0
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	13%	0
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	parcialmente	3
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem excepções	2
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	48%	0
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	13%	0
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	82%	1
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	nenhuma missão	1
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	nenhum estudo	1

		15	Os doadores acordam e implementam o "período calmo" com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						20

3.12. Países Baixos

A Tabela 3.12. ilustra o desempenho dos Países Baixos em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho dos Países Baixos recebeu 36 de 36 pontos possíveis, isto é 100%.

O desempenho dos Países Baixos foi excelente em geral e não requer mais comentários.

Tabela 3.12: Países Baixos 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	51%	5
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	89%	5
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem excepções	2
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	99%	2
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	89%	1
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	89%	1
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1

		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não-ADO 5; Conjunta 0	1
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	1 estudo, conjunto	1
		15	Os doadores acordam e implementam o "período calmo" com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						36

3.13. Noruega

A Tabela 3.13. ilustra o desempenho da Noruega em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho da Noruega recebeu 27 de 36 pontos possíveis, isto é 75%.

O desempenho da Noruega foi, de uma forma geral, muito bom e sólido e pode melhorar se a estrutura da sua carteira puder ser mudada. A estrutura da carteira afecta o desempenho ano que diz respeito da proporção de GBS e ao uso dos sistemas de GFP do GdM. Uma das questões que afecta o desempenho da Noruega é o seu apoio a alguns dos grandes projectos de infra-estruturas públicas e a sectores chave, tais como o das pescas, que não tem qualquer programa sectorial como tal. O problema dos projectos de infra-estruturas é comum a alguns dos outros doadores tais como o BAD e o Banco Mundial e tem que ser tratado de uma forma diferente – como tornar esta secção da ajuda mais programática e mais eficaz e eficiente e como incluir isto na avaliação dos portfólios com uma nota positiva.

A segunda questão, o apoio a sectores sem SWAPs ou outras modalidades programáticas, também é problemática. Se os doadores forem sistematicamente penalizados, podem ser desencorajados a entrarem em sectores que estão menos organizados e que, normalmente, tem menos apoio. As alternativas são que os doadores se afastem destes sectores e coloquem o dinheiro no GBS; ou que os sectores se organizem. Os SWAPs e outras formas de programação ou planificação e orçamentação sectorial são importantes não só por causa da ajuda mas também porque são ferramentas importantes para ajudar os sectores a desenvolver, custear e implementar políticas, priorizar e articular o desenvolvimento técnico e de capacitação institucional. Assim, o enquadramento para ajuda programática é tanto uma responsabilidade do GdM como dos doadores. Esta questão também deve ser estudada pelos PAPs e pelo GdM.

Em relação a 2005, o tratamento dos dados para o exercício em 2006 foi significativamente melhorado.

Tabela 3.13: Noruega 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	38%	0
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	72%	5
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem excepções	2
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	71	0
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	42	0
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	42	0
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1
13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não- ADO=7 % conjunta = 30%	1		

		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	2 estudos, 1 conjunto	1
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	Sim	1
Total de Pontos						27

3.14. Portugal

A Tabela 3.14. ilustra o desempenho de Portugal em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho de Portugal recebeu 22 de 36 pontos possíveis, isto é 61%.

O problema principal do desempenho de Portugal é a estrutura da carteira de ajuda e a forma como isto afecta o uso dos sistemas de GFP do GdM. Se Portugal puder tratar destes problemas, o seu desempenho pode melhorar. Noutras questões, Portugal teve um desempenho global bom, mostrando um melhoramento significativo em relação a 2005.

Tabela 3.14: Portugal 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	13%	0
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	13%	0
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem excepções	2
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	13%	0

	relatórios do governo	10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	13%	0
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	13%	0
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não- ADO=6 % conjunta = 25%	1
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	1 estudo,	1
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						22

3.15. Espanha

A Tabela 3.15. ilustra o desempenho da Espanha em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho de Espanha recebeu 19 de 36 pontos possíveis, isto é 53%.

A composição da carteira de ajuda e o seu impacto sobre o uso dos sistemas de GFP do GdM são os únicos problemas com a Espanha. Se a Espanha puder tratar destes problemas pode tornar-se num dos doadores com melhor desempenho visto que é um doador sólido e bom em todas as áreas. A agência fez um progresso significativo desde que se juntou aos PAPs. A Cooperação Espanhola está a passar por um processo de mudança institucional profunda que pode muito bem colocá-la no grupo de doadores com melhor desempenho.

Tabela 3.15 Espanha 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	16%	0

pontos totais)	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	29%	0	
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4	
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4	
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	no ano fiscal, mais não de acordo com o programado	3	
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2	
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	sem excepções	2	
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-	
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	29%	0	
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	16%	0	
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	41%	0	
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1	
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO <160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não- ADO=3 % conjunta = 0	1	
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	sem estudos	1	
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1	
		Total de Pontos					

3.16. Suécia

A Tabela 3.16. ilustra o desempenho da Suécia em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho da Suécia recebeu 28 de 36 pontos possíveis, isto é 78%.

Um ponto interessante acerca da Suécia é que mostra alguns dos problemas de harmonização que caracterizam grandes organizações ou doadores multi-laterais (número de missões, exceções no anexo 10, nenhuns estudos conjuntos, acordo multi-anual de menos do que 3 anos). Em todos os outros aspectos, incluindo as difíceis áreas de composição da carteira de ajuda e previsibilidade (com a exceção da extensão do programa) a Suécia teve um bom desempenho. Assim, melhorar o seu desempenho, que já é muito bom, não parece ser muito difícil.

Uma nota acerca da Suécia é que recebeu pontos completos pelo indicador 5 (desembolso) apesar de ter parcialmente atrasado o desembolso porque o atraso esteve relacionado com falta de informação pelo GdM sobre o progresso em relação a um dos indicadores fundamentais para o GBS (o caso do Banco Austral).

Tabela 3.16 Suécia 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	41%	5
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	71%	5
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	não	0
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim a ambos	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem exceções no anexo 10, ou exceções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	com exceções, sem indicação clara de como eliminá-las	0
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	94%	2
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	47%	1

		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	47%	1
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	Sim	sem relatórios extra	1
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não-ADO=38 % conjunta = 34%	0
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	4 estudos, 0 conjunto	0
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						28

3.17. Suíça

A Tabela 3.17. ilustra o desempenho da Suíça em relação à matriz dos QADs dos PAPs. O desempenho da Suíça recebeu 34 de 36 pontos possíveis, isto é 94%.

O desempenho da Suíça foi, de forma geral, excelente e melhorará para alcançar o topo quando a sua excepção no anexo 10 for eliminada.

Tabela 3.17 Suíça 2006

Objectivos	Actividades	No	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	61%	5
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	85%	5
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4
		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim a ambos	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	com excepções, em revisão	0
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	85%	2
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	64%	1
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	64%	1
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não- ADO=7 % conjunta = 10%	1

		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	nenhum estudo	1
		15	Os doadores acordam e implementam o “período calmo” com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						34

3.18. Banco Mundial

A Tabela 3.18 ilustra o desempenho do Banco Mundial em relação à matriz QADs dos PAPs. O desempenho do Banco Mundial recebeu 22 pontos, isto é 61%.

Os problemas principais com o desempenho do Banco Mundial estão relacionados com a composição da carteira de ajuda o que também afecta o grau a que o Banco pode usar os sistemas de GFP do GdM.

O número de missões continua a ser enorme, constituindo quase 20% de todas as missões reportadas pelos 18 PAPs em conjunto. Embora 32% destas missões sejam levadas a cabo em conjunto, o número de missões continua a ser muito mais elevado do que a meta individual estabelecida (16 para as organizações multilaterais e 8 para organizações bilaterais de forma a manter o número de missões dentro do limite de 160 para o grupo como um todo). O enorme número de missões reflecte o peso da ajuda a projectos no portfólio.

O Banco foi penalizado por ser um investidor chave em grandes projectos de infra-estruturas públicas. O problema dos projectos de infra-estruturas é comum a alguns outros doadores tais como o BAD e a Noruega e tem que ser tratado de forma diferente – tal como tornar esta secção de ajuda mais programática e mais eficaz e eficiente e como incluir isto na avaliação de portfólios com uma nota positiva.

Deve ser mencionado que o Banco adoptou, já em 2006, a regra de cometimento do MdE, assim eliminando uma excepção chave.

Tabela 3.18 Banco Mundial 2006

Objectivos	Actividades	No.	Indicadores	Meta	Executado	Pontos
Composição da Carteira (25% dos pontos totais)	ADO	1	% de ADO no fluxo da ajuda total desembolsada ao GdM.	40%	24%	0
	Apoio Programático	2	% da ajuda do programa na ajuda total desembolsada ao GdM.	70%	26%	0
Previsibilidade (35% dos pontos totais)	Alocação de fundos	3	Tem acordo multianual de 3 anos ou mais.	sim	sim	4

		4	Compromissos de ADO para o ano n+1 no prazo de 4 semanas a partir da RC do ano n.	sim	sim	4
	Desembolso	5	Desembolso das disponibilizações confirmadas do ADO no ano fiscal para o qual foram programadas, de acordo com um calendário trimestral de desembolso preciso acordado com o GdM.	sim	sim	6
Harmonização e Concordância (35% dos pontos totais)	Consolidação e harmonização dos condicionalismos	6	Aderência ao condicionalismo comum do ADO .	sim	sim	2
		7	Não tem excepções no anexo 10, ou excepções reduzidas no ano n comparado ao ano n-1.	sim	com excepções, em revisão, a revisão 2006 ocorreu antes da eliminação formal	2
		8	Harmonização rigorosa entre o acordo bilateral para apoio ao orçamento e o MdE.	sim	por avaliar ainda	-
	Utilização dos sistemas e formas de elaboração de relatórios do governo	9	% de fluxo de ajuda para o governo mencionado no orçamento.	80%	100%	2
		10	% de fluxo de ajuda para o governo incluído no sistema de pagamento do Tesouro.	45%	26%	0
		11	% de fluxo de apoio ao governo usando os sistemas de procurement público.	45%	26%	0
		12	Não exigência de relatórios de implementação e de avaliação ao governo fora dos sistemas normais de prestação de contas estabelecidos	sem exigências	sem exigências	1
		13	Reduz significativamente o número total de missões de avaliação e apreciação levadas a cabo por oficiais de países doadores envolvendo reuniões com oficiais do governo E aumentou significativamente a proporção de missões conjuntas.	No. de missões do ADO fora da RC e RS <7 No. de missões não do ADO < 160 Partilha de missões conjuntas: 20%	não- ADO=38 % conjunta = 32%	0
		14	Trabalho analítico a nível do país relacionado com o desenvolvimento, implementação e avaliação do impacto dos programas e políticas do governo E envolvendo oficiais do governo é levado a cabo em conjunto e em concordância com as prioridades e estratégias do governo.	Alinhados as prioridades de GdM: 80%, conjunta: 50%	3 estudos, 0 conjunto	0
		15	Os doadores acordam e implementam o "período calmo" com o GdM.	Respeitar o período calmo acordado	sim	1
Total de Pontos						22

4. Comentários Gerais e Conclusões

4.1. Portfólio e outras questões de GFP

A estrutura da carteira de ajuda e as questões ligadas com GFP continuam a ser os indicadores mais difíceis para a maioria dos PAPs. É necessário que as agências mudem mais rápida e radicalmente nestas áreas.

Uma área que requer melhoria e onde esta pode ser rápida, é a ajuda programática aos sectores. Os dados para 2006 (dos questionários) mostram que só 24% da ajuda é desembolsada seguindo as modalidades programáticas. Mesmo em sectores com SWAPs e fundos comuns bem estabelecidos, a ajuda programática não é tão dominante: 60% na agricultura, 53% na saúde e 36% na educação (anexo 4).

Um outro problema está relacionado com os grandes projectos de infra-estruturas públicas que são componentes chave da política, economia e investimento do GdM mas não se encontram no orçamento (por escolha do GdM) e não são considerados como ajuda programática. Alguns doadores que investem pesadamente nesta áreas são penalizados em termos de avaliação de desempenho. O mesmo aconteceu com doadores que estão envolvidos em actividades dentro dos programas sectoriais – tal como no caso da Caixa Escolar na Educação – que o GdM deseja que continuem a operar como projectos. A situação destes projectos deve ser discutida em mais detalhe entre os PAPs e o GdM e é necessário que seja alcançado um acordo acerca de como lidar com estes casos.

Em adição a isto, existe o caso dos sectores sem qualquer enquadramento de programas alargados aos sectores, por vezes com um só doador, em que o doador não pode providenciar ajuda programática. Se os doadores forem sistematicamente penalizados, é possível que sejam desencorajados de entrar nos sectores que estão menos organizados e que, normalmente, têm menos apoio. As alternativas são que os doadores se afastem destes sectores e coloquem o dinheiro no GBS; ou que os sectores se organizem. Os SWAPs e outras formas de programação ou planificação e orçamentação sectorial são importantes não só por causa da ajuda mas também porque são ferramentas importantes para ajudar os sectores a desenvolver, custear e implementar políticas, priorizar e articular o desenvolvimento técnico e de capacitação institucional. Assim, a provisão do enquadramento para ajuda programática é tanto uma responsabilidade do GdM como dos doadores. Esta questão também deve ser estudada pelos PAPs e pelo GdM.

A maioria das estratégias dos PAPs que estão sob revisão para aprovação já trataram de alguns dos problemas de previsibilidade. Isto pode não estar reflectido em 2007 por duas razões: muitas novas estratégias ou acordos ainda tem que ser aprovados; e isto pode levar a atrasos em desembolso. Contudo, 2008 deve beneficiar completamente de estratégias revistas e mais alinhadas.

Por último, a avaliação de 2006 foi facilitada pela adopção de definições empíricas para os vários conceitos chave. É necessário que o trabalho continue a identificar exactamente o que cada conceito incorpora. Isto é, trabalho em progresso, a organização e implementação de sistemas e a formulação de definições claras, mas em relação a 2005, o progresso foi muito significativo.

4.2. Revisão do MdE

O presente MdE expira em 2009. A revisão da experiência e do MdE deve começar assim que possível. Apesar de todo o progresso massivo registado desde 2004, as negociações acerca de procedimentos comuns e alinhamento com o GdM tendem a ser longas e morosas.

Isto é uma oportunidade excelente para influenciar o MdE dos PAPs da próxima geração, o MdE dos sectores da nova geração, rever a estratégia do grupo dos PAPs, eliminar excepções e tornar as que são cruciais para a operação eficaz e eficiente dos sistemas de MFP como parte do MdE em vez de excepções.

4.3. Cooperação Técnica

A meta colectiva (alcançar e aderir a um acordo) não foi alcançada. As entrevistas com os doadores apontam para diferentes causas: dificuldade em desligar a CT, a CT como meio de exercer influência, vantagens comparativas específicas a sectores/doadores, interesses estabelecidos e enraizados (por ambos, governo e doadores).

Contudo, com algumas excepções, todos os doadores disseram que estão prontos para seguir formas mais coordenadas de entregar CT se estas formas forem implementadas. Nenhum doador se prontificou para ser o primeiro a implementar estas formas de coordenação.

Mas foi acordado, em geral, que a CT coordenada requer abordagens sectoriais coordenadas. Portanto, a CT coordenada deve ser iniciada em sectores onde já existem programas coordenados.

É necessário mapear todas as formas de CT – e o dinheiro gasto com isso – nos sectores chave de forma a ser possível avaliar o impacto da CT na sua forma presente e decidir acerca de passos específicos de acordo com a situação existente.

Também foi mencionado que os doadores deviam ter regras consistentes de envolvimento em todos os sectores e deviam implementá-las. Isto requereria o desenvolvimento de programas sectoriais e a harmonização dos vários MdEs em redor das questões chave.

Os grupos de trabalho sectoriais podiam ser o mecanismo em redor do qual a CT fosse coordenada a nível sectorial mas que só pode acontecer efectivamente se o governo tomar a liderança – por exemplo, sobre como organizar o recrutamento da CT.

Pode ser necessário mudar a presente composição do grupo que trata das questões de CT (adicionar novas pessoas? Substituir algumas das pessoas existentes?) para se garantir que o grupo reflecta melhor todas as visões e oportunidades para melhorar a CT.

4.4. Casos especiais a serem tratados

O sistema da França para financiamento do GBS a Moçambique através de reciclagem da dívida – isto deve ser seriamente discutido pelos PAPs e deve ser estabelecida uma regra clara do que conta como **Apoio** ao Orçamento Geral e o que não conta.

Decisão da Dinamarca de reter o GBS – têm que ser respondidas algumas perguntas, nomeadamente: os princípios subjacentes definidos no contexto do GBS são aplicáveis a projectos de ajuda sectorial operados pelos doadores? Os doadores devem penalizar o GBS por problemas que ocorrem completamente fora do GBS em projectos sectoriais operados pelos doadores, ou devem ser penalizados os culpados (sectores e projectos)? Os PAPs podem violar os procedimentos do MdE a respeito de reter o GBS e tomar decisões unilaterais? Mesmo que o problema afecte um princípio fundamental específico ligado ao MdE do GBS, como é que os doadores podem impulsionar o uso de mecanismos de penalização? Se o mecanismo for comum, é necessário que a acção seja consistente e comum.

4.5. Liderança do Governo

Dado que a ajuda se está a tornar cada vez mais num recurso de e capacidade de finanças públicas, as modalidades programáticas colocam uma pressão considerável sobre as capacidades limitadas do Governo. Para cada uma e todas as questões importantes, o Governo é chamado a assumir a liderança. E quase que todas as questões são importantes.

Para o processo de ajuda ser mais eficaz, o GdM tem que providenciar liderança política, prioridades que sejam consistentes e coerentes, ferramentas que orientem e disciplinem a mobilização e a alocação de recursos (tais como o enquadramento fiscal e de despesas de médio prazo), decisões relacionadas com modalidades e a alocação da ajuda, organização dos sectores, capacidade para absorver os recursos, um enfoque para articular a cooperação técnica, etc. É necessário que o governo tenha a capacidade para seleccionar, recolher e analisar informação, absorver e criar conhecimentos e usar a informação e os conhecimentos para tomar decisões e implementá-las de uma forma eficiente e eficaz. Os oficiais do GdM têm que conhecer e compreender as ferramentas de gestão de ajudas que estão disponíveis e usá-las.

A questão é: o aparelho do governo tem a capacidade para tratar destas pressões e assumir uma liderança eficaz? Que capacidades devem ser criadas? Onde é que devem ser criadas? Como é que devem ser criadas?

O enfoque da ajuda a políticas públicas e finanças públicas parece indicar que em primeiro lugar o processo de ajuda deve ser incorporado no processo de planificação e desenvolvimento de médio e longo prazo, o qual deve incluir o enquadramento fiscal e de despesas de médio a longo prazo. Dado o enfoque da ajuda na política e finanças públicas, a gestão da ajuda só faz sentido dentro do processo de planificação e orçamentação. Pode requerer uma organização especializada ou um melhoramento muito substancial das capacidades, enfoque e articulação das organizações existentes; mas é necessário que sejam criadas capacidades assim que possível.

A questão chave é que se estas capacidades não forem criadas, não existe qualquer razão para solicitar e esperar cada vez mais liderança do governo.

4.6. Avaliações Futuras dos PAPs

Após três ciclos de avaliações de desempenho dos PAPs, em 2004, 2005 e 2006 seria importante que os PAPs e o governo avaliassem a utilidade que estas avaliações têm na prática e como melhorar o processo no futuro.

A avaliação tende a focar sobre a matriz mas existem muitos aspectos que não são adequadamente captados pela matriz. Portanto, pode ser útil certificar-se de que qualquer avaliação futura cubra várias questões a fundo (que pode variar de uma avaliação para outra) em adição à matriz dos QADs dos PAPs. Para fazer isto, e concluir a avaliação a tempo para a RC, o estudo deve ser iniciado mais cedo ou deve ser dividido em duas fases – uma mais rápida e superficial, focada sobre indicadores e, outra, mais focada sobre o estudo temático a fundo.

A outra questão a ser considerada é que a matriz e o ponto reflectem sempre algum tipo de predisposição – o que é predominantemente considerado como sendo mais importante no momento específico. Este problema pode ser minimizado adicionando um enfoque temático diferente a cada avaliação de desempenho.

O processo da eficácia da ajuda beneficiária eventualmente se os indicadores, informação e metas dos PAPs e do DAC pudessem de alguma forma ser articulados de modo a que os custos da transacção pudessem ser reduzidos significativamente para todos.

Por último, pode ser interessante estudar outras experiências de prestações de contas mútuas em África e noutros locais. É possível que existam lições de que Moçambique possa beneficiar.